



ORÇAMENTO 2022 – PL 295

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PT

- A Bancada do Partido dos Trabalhadores, encara com responsabilidade e consequência a tarefa de fiscalizar as ações do governo estadual e de apontar as insuficiências e equívocos, dando espaço às vozes dissonantes com relação à atuação governamental. Nesse sentido, temos o dever de apontar as principais questões que fazem jus à nossa postura crítica e ao necessário contraponto ao atual governo estadual.
- Na peça orçamentária, destacamos os principais elementos que justificam nossas restrições:
 - 1) Os serviços públicos continuarão sentindo os cortes, cada vez mais profundos, através do congelamento do Orçamento como um todo. No caso dos salários, para a maior parte dos servidores gaúchos, serão 8 anos sem nenhum reajuste de salários. Até o momento já tiveram uma redução real de 51% nos seus salários, com exceção apenas os servidores da segurança que perderam 20% (INPC). Lembrando que parcela importante dos inativos tiveram redução nominal dos seus salários devido ao aumento da contribuição previdenciária. Os serviços públicos e os servidores são usados como bode expiatório do desequilíbrio fiscal. A população gaúcha está refém de um governo que acena com normalidade enquanto reduz e precariza os serviços.
 - 2) As privatizações que estes governos apresentam como solução, aprovadas pela base parlamentar na Assembleia (com nosso voto contrário) e regularmente noticiadas como medida saneadora sequer estão inscritas no Orçamento. Os valores possíveis da venda de ativos simplesmente não são considerados porque ao governo interessa induzir que a redução do Estado é a única saída. Trata-se de uma peça que mesmo festejando medidas de austeridade vendidas como solução, mantém a peça orçamentária sempre em desequilíbrio, usando o orçamento como peça política.
 - 3) A adesão ao RRF significa a interferência da União na gestão pública estadual, com a inviabilização das políticas públicas essenciais, tanto pela imposição do teto de gastos, quanto pela compressão dos salários e pelo estrangulamento da sustentação e gestão das políticas diretas aos cidadãos em qualquer área. Este é o cenário vendido pelo Governo Leite como mais uma “solução” para as contas públicas. A peça orçamentária reflete a destruição dos serviços públicos e seu engessamento.
 - 4) Por fim, os resultados apresentados, quando retirados os valores não pagos da dívida pública, são estritamente contábeis e não se sustentam no tempo. Há a necessidade premente da recuperação das funções públicas básicas do estado, que não suportarão a compressão permanente de sua aplicação. A educação, a segurança e a saúde precisam ser recuperadas para que o RS tenha investimentos necessários no presente para realizar seu futuro.
- Embora tenhamos críticas ao processo que o governo e sua base usam para aceitar emendas parlamentares, nossa Bancada utilizou os limites individuais de emendas fundamentalmente para as áreas da saúde e da educação. Dentro desse critério, todas nossas emendas foram aprovadas.
- Ainda assim, por entendermos que nosso papel é de constituir a crítica propositiva, nossa bancada apresentou um conjunto de emendas gerais, destacadamente para a área da Saúde, onde nossas emendas buscaram recuperar os valores aplicados, para atendimento à Lei Complementar 141, mesmo que parcialmente, bem como corrigir as perdas aos hospitais provocadas pelo Programa



Assistir e apontar a necessidade de investimento para o pleno funcionamento do Hospital Regional de Palmeira das Missões. Além disso, também apresentamos emendas para o enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais da crise potencializada pela COVID-19, com medidas de apoio aqueles que mais precisam através da Renda Básica e de crédito subsidiado para a agricultura familiar e pequenos empreendedores. Nenhuma delas foi aceita pelo governo.

- Por fim, nosso entendimento é que no RS, a maior crise da história brasileira é agravada pela inoperância governamental. O governo Leite abandonou completamente qualquer projeto de desenvolvimento regional e não teve políticas para incentivar a economia gaúcha de forma consistente.
- Dessa forma declaramos nosso voto contrário ao Projeto de Lei Orçamentária 295.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2021.